

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.642.481 - RS (2019/0379253-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : PAULA MALTZ NAHON - RS051657**  
**GABRIEL DE FREITAS MELRO MAGADAN E OUTRO(S) - RS044046**  
**CARLOS EDUARDO NETTO COSTA - RS075325**  
**DÉBORA MARCELO ALEXANDRE - RS101112**  
**AGRAVADO : JOSÉ LOURENÇO ORSATO**  
**AGRAVADO : ARMINDO ANTONIO LABER**  
**AGRAVADO : ADAIR DREIFKE**  
**AGRAVADO : MOACIR BORELLA - SUCESSÃO**  
**AGRAVADO : ANUNCIO GIRARDI - SUCESSÃO**  
**AGRAVADO : CLARICE GIRARDI CRISTOFOLI**  
**AGRAVADO : NEIDE GIRARDI FERRARI**  
**AGRAVADO : LIZANE ROSA GIRARDI ZORTEA**  
**AGRAVADO : CLEUSA TEREZINHA GIRARDI**  
**AGRAVADO : CLARICE GIRARDI CRISTOFOLI**  
**AGRAVADO : RENATO GIRARDI**  
**ADVOGADO : LUCIANA SCHLEDER DE ALMEIDA E OUTRO(S) - RS045041**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fls. 1.158/1.159):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. BRASIL TELECOM. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NULIDADE DA DECISÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. Não há que se falar em nulidade da decisão agravada, tendo em vista que, embora de forma concisa, está fundamentada e de acordo com o entendimento do julgador *a quo*.

No ponto, recurso desprovido.

VALORES DEPOSITADOS. AMORTIZAÇÃO. SUBMISSÃO AO PLANO RECUPERACIONAL.

Tendo em vista o estipulado no Plano de Recuperação Judicial, assim como, que houve o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, o valor da condenação deverá ser apurado, no seu total, com a amortização da quantia que garantiu o juízo.

No ponto, recurso desprovido.

POSSIBILIDADE DE LEVANTAMENTO DE VALORES.

1. Em decorrência do recebimento do pedido de recuperação judicial das sociedades empresárias que compõem o Grupo Oi, da qual a parte agravada faz parte, bem como da determinação pelo juízo competente de sobrestamento das execuções promovidas contra elas, a Presidência deste Tribunal de Justiça expediu o Ofício-Circular nº. 004/2016- SECPRES, em que orienta que: “sejam suspensas todas as ações e recursos, execuções e atos tendentes à constrição de bens das recuperandas, que versem sobre o bloqueio ou penhora da quantia, ilíquida ou não, que impliquem em qualquer tipo de perda patrimonial das requerentes ou interfiram na posse de bens afetos à sua atividade empresarial.” 2. Recentemente foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576- 58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), em que esclarecidos os requisitos para a suspensão do processo, sendo agora possível a liberação de valores em alguns casos específicos:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 e, (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016.

3. No caso concreto, requerido o cumprimento de sentença (e-fl. 631), foi efetuado depósito no valor de R\$ 2.323,66, em 12.09.2005 (e-fl. 1117), e posteriormente, efetuou-se um reforço de depósito no valor de R\$ 23.236,84, em fevereiro de 2006 (e-fl. 1115). O incidente de impugnação transitou em julgado em 16.05.2012 (e-fl. 1135).

Desse modo, tendo em vista que o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu antes do pedido de Recuperação Judicial (20.06.2016), resta possibilitado a expedição de alvará em favor da parte autora, conforme decidido pelo juízo a quo.

No ponto, recurso desprovido.

AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados (fls. 1.195/1.204).

Nas razões do especial, a ora agravante alega ofensa ao art. 1.022, II, do Código de Processo Civil/2015, por omissão do Tribunal de origem, ao não se pronunciar sobre as questões postas em debate nos embargos de declaração.

No mérito, argui violação dos arts. 49 e 59 da Lei 11.101/2005 afirmando, em síntese, ser descabida a liberação dos valores depositados em face de sua iliquidez.

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Inicialmente, verifico que não há omissão alguma ou ausência de fundamentação na apreciação das questões suscitadas.

Ressalte-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, a fim de expressar o seu convencimento. O pronunciamento acerca dos fatos controvertidos, a que está o magistrado obrigado, encontra-se objetivamente fixado nas razões proferidas pela origem.

Esclareça-se, também, que não se traduz em omissão a motivação contrária ao interesse da parte ou que deixe de se pronunciar acerca de pontos considerados irrelevantes.

Observe-se, ainda, que "A jurisprudência é firme no sentido de que os embargos de declaração, ainda que opostos com o objetivo de prequestionamento visando à interposição de recursos nos Tribunais Superiores, não podem ser acolhidos quando inexistentes omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida (EDcl no AgInt no AREsp 156.220/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018).

Quanto ao mais, o Tribunal de origem, ao julgar o agravo de instrumento concluiu pela possibilidade de levantamento dos valores em discussão, assim se pronunciando (fl. 1.168):

No caso concreto, requerido o cumprimento de sentença (e- fl. 631), foi efetuado depósito no valor de R\$ 2.323,66, em 12.09.2005 (e- fl. 1117), e posteriormente, efetuou-se um reforço de depósito no valor de R\$ 23.236,84, em fevereiro de 2006 (e-fl. 1115). O incidente de impugnação transitou em julgado em 16.05.2012 (e-fl. 1135).

Desse modo, tendo em vista que o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu antes do pedido de Recuperação Judicial (20.06.2016), resta possibilitado a expedição de alvará em favor da parte autora, conforme decidido pelo juízo a

# Superior Tribunal de Justiça

quo.

A análise das razões do recurso, a fim de demover o que concluído pela origem, demandaria inevitável reexame de matéria fática, procedimento que encontra óbice no verbete 7 da Súmula desta Corte.

Observe-se que foi proferida decisão no processo de recuperação judicial (Embargos no Agravo de Instrumento nº. 0034576-58.2016.8.19.0000 julgado pela 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), onde explicitado que possível a liberação de valores nos seguintes casos:

(a) Quando o depósito judicial/bloqueio tenha sido realizado pela OI S/A em data anterior a 21.06.2016 e (b) Quando acontecer quaisquer das seguintes situações: (i) o depósito tenha sido feito com a expressa finalidade de pagamento pela OI S/A antes de 21/06/2016; (ii) **já tenha ocorrido o trânsito em julgado de embargos à execução ou da impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016**, ou (iii) já tenha ocorrido a preclusão do incidente de impugnação ao cumprimento de sentença, antes de 21/06/2016. (grifei)

Verifique-se que, no presente caso, a Corte de origem deixa claro que o trânsito em julgado da impugnação ao cumprimento de sentença ocorreu em 16.5.2012 (fl. 1.168), ou seja, antes do pedido de recuperação judicial, o que desobriga a habilitação do crédito. Nesse mesmo sentido: REsp n. 1.851.788/RS, Relator Ministro MARCO BUZZI, DJe de 11/12/2019.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora